



Apresentação para o Dossiê “História Política”

José D’Assunção Barros

Neste Dossiê sobre *História Política*, procuramos abarcar interconexões diversas com outras modalidades historiográficas: a História Regional, a História Oral, a História das Idéias, a História da Igreja, a História da Literatura, entre outras. Os recortes também se diversificam, indo da Idade Média e da Idade Moderna aos vários períodos do Brasil República.

O primeiro artigo, de autoria de Cássio Augusto Samogin Almeida Guilherme, intitula-se “Onde o público e o privado se confundem: a atuação da imobiliária e a fase de implantação do município de Nova Londrina [PR] (1950-1968)”. A história política se estabelece, neste trabalho, na interconexão entre a História Regional e a intenção de apreender uma cultura política local que, tal como assinala o autor, parte da motivação de “identificar sentimentos, atitudes e ligações entre a coisa pública e os interesses econômicos privados”. É nesta direção que Cássio Augusto Guilherme investiga historiograficamente a atuação da Imobiliária Nova Londrina no processo de constituição do município paranaense de Nova Olinda, no contexto das três primeiras administrações municipais. A História Oral oferece a base metodológica desta pesquisa que se ampara em entrevistas com antigos moradores da localidade. Como surgiu e se desenvolveu o sentimento patrimonialista nesta cidade na qual o público e o privado se confundem desde o início? Este problema fundamental é investigado sistematicamente pelo autor, culminando com a análise do cisma eleitoral de 1968 na cidade, que resultou na vitória do candidato da oposição com forte apoio popular – o qual seria posteriormente cassado pelo governo Civil-Militar sob a acusação de subversão. A hipótese de que este candidato só teria sido cassado por não pertencer ao grupo hegemônico local, passando a ser



visto por este como ameaça aos interesses político-econômicos em jogo na disputa eleitoral, vem a mostrar que a política tem suas próprias regras de acordo com as várias localidades – o que implica na necessidade de estudar a História Política não somente no plano macro, mas também em cada âmbito local.

Passamos em seguida a outra temporalidade e a outro circuito de relações políticas: a Idade Média da reforma gregoriana. Pedro Damiano (1007-1072), eremita e cardeal-bispo importante para o movimento sócio-político que ficou conhecido como “Reforma Gregoriana”, é o ponto de partida para o estudo desenvolvido por Cláudia Regina Bovo no artigo “Entre a sé romana e o império germânico: os significados da reforma eclesiástica na correspondência de Pedro Damiano (1043-1065)”. O artigo tem por objetivo compreender quais eram as concepções de renovação moral (*Renovatio*) expressas por Pedro Damiano em sua correspondência, e avaliar suas implicações para a constituição de um espaço legítimo de intervenção sócio-política para o monasticismo de vertente eremítica. O estudo do jogo de poderes neste circuito é importante por se sintonizar com as novas abordagens que, a partir das últimas décadas do século XX, têm contribuído para ressignificar o lugar do monasticismo de vertente eremítica dentro da Igreja Cristã. A autora aqui nos mostra como as fontes epistolares podem se prestar a esta análise e – através de uma cuidadosa análise da evolução cronológica das cartas de Pedro Damiano com vistas a acompanhar a evolução de suas concepções doutrinárias e políticas – é bem sucedida em mapear seu movimento de aproximação e distanciamento em relação a importantes centros de poder do período, tais como a corte imperial de Henrique III e Henrique IV, a própria Sé Romana com seus diferentes representantes, e, por fim, os mosteiros de Monte Cassino e Cluny.

A História Política também é assunto para a análise literária. É isto o que nos mostra Everton Demétrio no artigo “História, política e ficção: veredas de tradição e modernidade no sertão rosiano”. O artigo parte da análise de um episódio específico do romance *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa, habitualmente conhecido como *juízo de Zé Bebelo*. Trata-se de compreendê-lo como alegoria de um momento singular da história republicana nacional, definido pelas convulsões político-



institucionais que marcaram a passagem do Império para a República, na qual “atraso” e “modernidade” desempenhavam cada qual o seu papel, encarnando respectivamente uma nostálgica ordem imperial e uma progressista ordem republicana. Adicionalmente, a análise empreendida por Everton Demétrio permite entender até que ponto o espaço conformado em *Grande Sertão: Veredas* alegoriza a confrontação entre as dimensões rural e urbana contrastantes na tentativa de estabelecerem sua identidade, em um importante momento de transição política e ideológica na História do Brasil.

Estabelecendo uma conexão entre a História Política e a História das Idéias, o artigo de Luis Alexandre Cerveira – intitulado “Jesuítas: entre a fidelidade ao rei e o projeto inaciano” – adentra uma aprofundada discussão sobre duas linhas de análise recorrentes e opostas sobre a prática jesuítica. A primeira corrente, sintonizada com os próprios jesuítas e seus simpatizantes, postula a idéia de que os jesuítas teriam sido sempre apoiadores fiéis dos monarcas a quem serviam sob padroado. A segunda corrente, ao contrário, postula que os jesuítas nunca apoiaram de fato os projetos monárquicos a que estiveram ligados, os quais utilizaram, via de regra, como meios para atingir seus objetivos de enriquecimento e concentração de poder. A importante discussão empreendida por Luis Alexandre Cerveira, ao buscar uma alternativa entre estas duas posições clássicas, apóia-se nos princípios do contextualismo lingüístico de Quentin Skinner e nos conceitos de *tática* e *estratégia* de Michel de Certeau. O artigo concentra-se na análise da Revolução dos Comuneros (Paraguai, 1721-1735), utilizando-o como objeto e caminho historiográfico para explorar uma forma alternativa, e talvez mediadora, em relação às duas tradicionais hipóteses historiográficas já consagradas sobre a atuação da Companhia de Jesus.

Por fim, encerramos o presente Dossiê com um artigo de Izabel Cristina Gomes da Costa sobre “o PDT e o Socialismo Trabalhista: entre antigas e novas tradições”. A autora procura mostrar como o “Novo Trabalhismo” do PDT, surgido ao final dos anos 1970, enfrentou o desafio de rever a antiga herança recebida do populismo brasileiro a partir de algo novo: o compromisso com o ideário socialista. Deste modo, o artigo visa tanto analisar as tradições preservadas pelo “Novo Trabalhismo” no seu processo de reconstrução, como a combinação desta trajetória política com os novos elementos advindos das concepções socialistas. A partir de um contexto de oposição à ditadura



VEREDAS DA HISTÓRIA

1º Semestre de 2011
www.veredasdahistoria.com

Ano IV - Ed. 1 - 2011
ISSN 1982-4238

militar que inclui o surgimento de um novo sindicalismo, as reapropriações do conceito de “populismo” e a tensa reconstrução de um quadro partidário no qual reemerge o PTB e surgem alternativas como a do PT, Isabel Cristina Costa examina a formação do PDT a partir da constituição de um “laboratório” de experiências socialistas com o Governo de Brizola no Estado do Rio de Janeiro. Analisa-se o socialismo pedetista como “invenção de uma nova tradição” no seio de um conjunto de estratégias que se organizavam em torno da centralidade do objetivo da conquista da Presidência da República como caminho para a realização de um projeto político. Encerra-se o artigo com a análise do novo trabalhismo no período posterior a 1989.



www.veredasdahistoria.com